MENSAGEM n° , **de** **de 2021.**

Senhor Presidente,

Submeto à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei que **“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO GERENCIAMENTO COSTEIRO – PEGC, REVOGANDO AS LEIS Nº 13.796 DE 30 DE JUNHO DE 2006, LEI Nº 16.810, 08 DE JANEIRO DE 2019 E OS PARÁGRAFOS 1º, 2º, 3º e 5º DA LEI Nº 16.064 DE 25 DE JULHO DE 2016, APROVA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ – ZEEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Este projeto de lei dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro no Estado do Ceará, obedecendo ao princípio da legalidade e o imperativo constitucional que impõe ao Poder Público o dever de preservar o meio ambiente, mantendo-o equilibrado para a presente e futuras gerações, objetivando, sobretudo, o desenvolvimento sustentável.

A Constituição Federal de 1988 caracterizou a Zona Costeira como Patrimônio Nacional. Em vista disso, o Governo Federal promulgou a Lei nº. 7.661 de 16 de maio de 1988, instituindo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que dispõe sobre administração dessa porção do território nacional. Posteriormente, a Presidência da República no uso das suas atribuições editou o Decreto Federal nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004, que regulamentou a dita lei, estabelecendo as regras de uso e ocupação da zona costeira e critérios da gestão da orla marítima.

Atualmente, o gerenciamento da Zona Costeira no estado do Ceará vem sendo executado pela Secretaria do Meio Ambiente – Sema e pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace. Entretanto, notória é a necessidade de atualização da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro –PEGC vigente mediante a edição de nova lei estadual, observando-se para tanto, a competência legislativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na temática da proteção do meio ambiente, por força do artigo 23, inciso VI e VII da Constituição Federal.

Desta feita, o Governo do Estado do Ceará, através dos órgãos integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA, pretende com o Projeto contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica, o bem-estar, a qualidade de vida e a inclusão social, a fim de preservar e manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e desenvolvimento sustentável.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar sua valiosa colaboração no seu encaminhamento, tendo em vista a importância da matéria.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes Pares, protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos ____ de _____ de 2021.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Exmo.

Sr. Evandro Sá Barreto Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nesta

PROJETO DE LEI Nº _____

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO GERENCIAMENTO COSTEIRO – PEGC, REVOGANDO AS LEIS Nº 13.796 DE 30 DE JUNHO DE 2006, LEI Nº 16.810, 08 DE JANEIRO DE 2019 E OS PARÁGRAFOS 1º, 2º, 3º e 5º DA LEI Nº 16.064 DE 25 DE JULHO DE 2016, APROVA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ – ZEEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Dispõe sobre a Política Estadual do Gerenciamento Costeiro – PEGC com o propósito de orientar e disciplinar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Ceará, através de instrumentos próprios, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais e comunidades tradicionais, a proteção dos ecossistemas, a beleza cênica e o patrimônio natural, histórico e cultural, e sobretudo, o desenvolvimento sustentável.

§1º Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará – ZEEC como instrumento de regulação territorial e de uso da PEGC.

§2º Considera-se o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PLEGC parte integrante da PEGC, subordinando-o aos princípios e objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art.2º Para efeitos desta Lei, além das definições constantes nos artigos posteriores, são adotadas as seguintes definições:

I – **Abiótico**: componente do sistema ambiental natural ou do ecossistema que não inclui os seres vivos.

II – **Alagados**: área plana sazonalmente inundada por águas de origem pluvial, precariamente incorporadas à rede de drenagem, dispostas dispersamente nas superfícies de deflação estabilizadas.

III – **Antrópica**: ações humanas sobre o ambiente.

IV – **Área de inundação sazonal**: área plana com ou sem cobertura arenosa, sujeita a inundação periódica, precariamente incorporada à rede de drenagem, disposta dispersamente nas superfícies dos tabuleiros e sertanejas.

V – **Área de Preservação Permanente**: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

VI – **Área de Proteção Ambiental**: área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade de uso dos recursos naturais.

VII – **Arenito**: rocha sedimentar resultante da litificação (cimentação) de areia por cimento de natureza química.

VIII – **Bacia hidrográfica**: terras drenadas por um rio principal como coletor de drenagem e seus tributários.

IX – **Baixada**: Área topograficamente deprimida em relação aos ambientes contíguos, compondo um domínio paisagístico.

X – **Biodiversidade**: sinônimo de diversidade biológica, abrangendo a diversidade dos seres vivos de todas as origens, suas relações mútuas, bem como os complexos ecológicos de que fazem parte.

XI – **Biótico**: componente do ecossistema natural que inclui os seres vivos. Referente ao conjunto de seres vivos.

XII – **Caatinga**: vegetação xerófita do semiárido brasileiro, do tipo mata espinhosa tropical.

XIII – **Cartografia Social**: metodologia que tem como objetivo contribuir com o planejamento das políticas públicas, no sentido de revelar a visão das comunidades tradicionais nos mapas, considerando conflitos e ameaças aos seus territórios advindos da insegurança fundiária e da instalação de grandes projetos e empreendimentos.

XIV – **Cenário desejado**: corresponde à trajetória em direção ao desenvolvimento sustentável. Antevê maior crescimento econômico, com redistribuição de renda, além de reformas sociais e políticas. Orienta-se na direção da sustentabilidade geoambiental, econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional.

XV – **Cenário tendencial**: prognóstico da situação atual e futura, desconsiderando a implantação de medidas associadas ao desenvolvimento sustentável.

XVI – **Compartimentação geoambiental**: distribuição geográfica dos sistemas ambientais e setores ambientais oriundos das relações de interdependência entre os componentes naturais.

XVII – **Complexo lagunar-estuarino**: complexo de águas rasas em ambientes de baixa energia, mantendo comunicação com o mar.

XVIII – **Comunidade indígena**: conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

XIX – **Comunidade pesqueira**: grupos sociais, segundo critérios de autoidentificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.

XX – **Comunidade quilombola**: conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários e pertencentes a Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou simplesmente Comunidades Quilombolas, que são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida.

XXI – **Comunidades tradicionais**: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e

recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

XXII – **Conservação**: manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

XXIII – **Crista residual**: relevo de topo contínuo e aguçado, com diferentes ordens de grandeza em rochas do embasamento cristalino.

XXIV – **Degradação ambiental**: alteração adversa das características do meio físico-biótico.

XXV – **Derivação ambiental**: alterações dos componentes ambientais e da dinâmica natural, que pode tender para a progressividade ou regressividade.

XXVI – **Duna fixa por diagênese**: superfície descontínua, topograficamente elevada em relação à faixa praiar e setores adjacentes, fixada por camada mantenedora de arenitos, oriundos da cimentação de sedimentos arenosos (eolianitos, cascudos).

XXVII – **Duna fixa**: morro de areia, com feições morfológicas variadas, submetida a processos incipientes de pedogênese coberta por vegetação.

XXVIII – **Duna móvel**: morro de areias, com feições morfológicas variadas, sem cobertura vegetal e modeladas por ações eólicas.

XXIX – **Duna**: unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta ou não, por vegetação.

XXX – **Ecodinâmica**: trata das relações recíprocas entre os componentes naturais e a dinâmica dos fluxos de energia e matéria no meio ambiente. Com base no balanço entre morfogênese e pedogênese, desenvolvem-se ambientes com maior ou menor estabilidade.

XXXI – **Edáfico**: relativa a solos e sua capacidade de produção agrícola.

XXXII – **Efluentes**: Despejos líquidos, oriundos de diversas atividades ou processos.

XXXIII – **Equilíbrio ecológico**: estado de equilíbrio entre os diversos fatores que compõem o ecossistema.

XXXIV – **Estabilidade**: capacidade de um sistema ambiental em resistir ou responder à influência dos processos exodinâmicos sem alterar, substancialmente, sua estrutura.

XXXV – **Extrativismo**: sistema de exploração fundamentado na coleta ou extração de recursos naturais.

XXXVI – **Faixa praiar**: Área coberta e descoberta periodicamente pelas águas marítimas, fluviais e lacustres acrescidas da faixa de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema.

XXXVII – **Falésia fóssil**: alto topográfico recuado em litologias sedimentares não mais submetidas aos efeitos da abrasão marinha.

XXXVIII – **Falésia viva**: alto topográfico escarpado em borda de tabuleiro, com evidente ruptura de declive em relação à faixa praiar.

XXXIX – **Foz ou desembocadura**: saída ou ponto de descarga de um curso fluvial.

XL – **Fragilidade do sistema ambiental**: decorre da instabilidade ambiental gerada pela predominância de ações morfodinâmicas sobre a pedogênese.

XLI – **Gestão ambiental**: condução, proteção, controle de uso dos recursos naturais, por meio de instrumentos variados, requerendo gestão compartilhada pelos diversos agentes envolvidos na atividade.

- XLII – **Hidroclimática**: característica ligada às condições hidrográficas e climáticas de uma região.
- XLIII – **Hidrogeológico**: referente às águas subterrâneas.
- XLIV – **Ilha arenosa**: feição deposicional arenosa e com outros clásticos finos, paralela à linha de costa e produzida por processos costeiros com extremidades não conectadas ao continente.
- XLV – **Impacto ambiental**: todo e qualquer desequilíbrio que afeta o meio fisicobiótico.
- XLVI – **Inselberg**: forma de relevo residual em superfícies pediplanadas semiáridas.
- XLVII – **Lagoa**: corpo de água estagnada de origem fluvial ou freática com regime hidrológico permanente ou sazonal.
- XLVIII – **Laguna**: corpo de águas rasas, salgadas ou salobras, mantendo ligação restrita com o mar.
- XLIX – **Maciço residual**: níveis elevados de serras dispersos na depressão sertaneja do Nordeste semiárido.
- L – **Manejo**: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.
- LI – **Manguezal**: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural de mangue, com influência fluviomarina, típica de solos limosos de regiões estuarinas.
- LII – **Meio ecodinâmico**: categoria de ambiente que possui maior ou menor estabilidade em face do balanço entre processos morfogenéticos e pedogenéticos.
- LIII – **Modelado**: aspecto geomorfológico da superfície terrestre.
- LIV – **Monitoramento ambiental**: coleta de medidas ou observações sistemáticas em uma série espaço – temporal, sobre qualquer componente ou atributo natural, capaz de fornecer uma amostra representativa do ambiente.
- LV – **Morfodinâmica**: processos externos modeladores da superfície terrestre.
- LVI – **Morfogênese**: referente aos processos condicionantes da origem e evolução do relevo.
- LVII – **Paleoclima**: climas do passado geológico, cujas características podem ser inferidas através de evidências geomorfológicas, pedológicas, bioecológicas, dentre outras.
- LVIII – **Pediaplano**: extensas superfícies de erosão modeladas em climas quentes e secos, como a depressão sertaneja do Nordeste brasileiro.
- LIX – **Pedogênese**: referente à origem e evolução dos solos.
- LX – **Pesca artesanal**: atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20 (vinte).
- LXI – **Planície fluvial**: área plana, com sedimentos aluviais arenosos e outros clásticos finos, bordejando calhas fluviais.
- LXII – **Planície fluviomarina com apicuns e salgados**: área plana com terrenos brejosos e com forte concentração de sais, recoberta ou não por tapetes descontínuos de vegetação halófitas.
- LXIII – **Planície fluviomarina**: área plana, com sedimentos argilo-siltosos fluviais e marinhos, sujeita às oscilações de marés, parcialmente submersa e revestida por manguezais.
- LXIV – **Planície lacustre**: área plana com sedimentos arenosos e outros clásticos finos, bordejando ambientes lacustres e sujeita a inundações sazonais.

LXV –**Planície litorânea**: superfície de acumulação costeira, constituída por sedimentos recentes e submetida à influência de processos complexos de origem marinha, eólica, fluvial, pluvial ou combinada.

LXVI – **Planície**: área plana resultante da acumulação de sedimentos e limitada, lateralmente, por aclives.

LXVII –**Ponta**: extremidade saliente de rochas resistentes na faixa costeira que se estende para o mar.

LXVIII – **Porto comunitário**: local de embarque, desembarque e aporte das embarcações utilizadas na pesca artesanal.

LXIX – **Quaternário**: período geológico mais recente e subdividido em duas épocas: Pleistoceno (1.800.000 anos até 10.000 anos A. P.) e Holoceno (10.000 anos A. P. até hoje).

LXX –**Restinga**: feição geomorfológica de faixa de areia alongada, paralela à praia, fechando ocasionalmente, corpos hídricos lagunares. O ambiente pode ser colonizado por vegetação pioneira psamófila.

LXXI – **Rocha de praia (*beach rock*)**: corpo rochoso alongado e estreito, que se encontra disposto paralelamente à linha de praia podendo se estender na direção do mar, constituído por areias de praia cimentadas por carbonatos podendo apresentar seixos e restos de conchas. Sua espessura, em geral, não ultrapassa dois metros e funcionam como anteparo natural para dissipação da energia das ondas, protegendo as praias da erosão.

LXXII –**Serras**: áreas aguçadas pertencentes ao substrato cristalino resultantes da maior resistência litológica.

LXXIII – **Sertões**: superfície pediplanada que trunca, indistintamente, variados litotipos do subsolo cristalino.

LXXIV – **Setor ambiental estratégico**: ambientes dotados de atributos e indicadores capazes de conduzir à delimitação de parcelas homogêneas que expressam as interrelações entre os componentes geoambientais.

LXXV –**Superfície de deflação ativa**: área predominantemente plana ou suavemente inclinada para o mar, posicionada ao abrigo de ações marinhas e submetida à influência eólica no transporte de sedimentos arenosos, podendo ocorrer de modo disperso montículos de areia cobertos ou não por vegetação herbácea.

LXXVI – **Superfície de deflação estabilizada**: antigos corredores de deflação eólica, posicionados ao abrigo de ações marinhas e recobertos por vegetação pioneira psamófila e alagados sazonalmente, ou de modo efêmero por águas pluviais.

LXXVII –**Superfície de transição tabuleiros/área de dissipação eólica**: Superfície plana ou suavemente ondulada, com acumulação de sedimentos arenosos, marcando transição entre interflúvios tabulares e áreas preteritamente dissipadas por ações eólicas.

LXXVIII – **Tabuleiro**: forma topográfica de terreno similar a baixos planaltos, limitada por declives, compondo um domínio paisagístico.

LXXIX – **Terraço marinho**: forma de acumulação emoldurada pelo mar, situada acima do nível de altas marés e ao abrigo de ações marinhas.

LXXX –**Territórios tradicionais**: são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas.

LXXXI – **Turismo Comunitário**: estratégia de garantia dos territórios comunitários tradicionais, indígenas e quilombolas, voltada para o fortalecimento das identidades locais e das relações entre sociedade, cultura e natureza, com justiça socioambiental, com base econômica familiar e organização comunitária.

LXXXII –**Zoneamento Ecológico-Econômico**: instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

LXXXIII – **Zoneamento**: definição de setores ou zonas destinadas às diversas modalidades de uso do solo.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art.3º São princípios da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro:

- I** – a dignidade da pessoa humana com foco na busca da sustentabilidade ambiental;
- II** – o desenvolvimento como fator de crescimento econômico e social, atendendo aos preceitos da defesa dos bens ambientais;
- III** – o equilíbrio como elemento de aplicação de políticas públicas ambientais capazes de atender aos ditames de conservação e proteção ambiental, assim como contemplar as demandas sociais e econômicas na zona costeira;
- IV** – a prevalência de conhecimento técnico-científico na regulamentação normativa e aplicação de políticas públicas, para estabelecer padrões ambientais, através da adesão ao conceito de capacidade de suporte dos sistemas ambientais;
- V** – a proteção das comunidades tradicionais costeiras, promovendo sua preservação e o fortalecimento cultural, com ênfase na subsistência e na garantia de sua qualidade de vida;
- VI** – a proteção dos ecossistemas costeiros considerando sua importância ecológica, limitações e fragilidades, sendo voltada à plena manutenção e à preservação de áreas representativas;
- VII** – o incentivo ao estudo e à pesquisa, voltados ao desenvolvimento de tecnologias capazes de orientar o uso racional e a proteção dos recursos ambientais da zona costeira;
- VIII** – a educação ambiental junto às populações que dependam, direta ou indiretamente, de seus recursos, objetivando a defesa do meio ambiente da zona costeira;
- IX** – a informação ambiental como ferramentas de gestão da zona costeira do Estado do Ceará;
- X** – a execução descentralizada e participativa da gestão da zona costeira através do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro; e
- XI** – a adoção dos princípios da prevenção e da precaução diante de impactos ambientais negativos ou da iminência de dano grave ou irreversível aos recursos ambientais presentes na zona costeira, devendo-se, em face da concretização do dano, apurar, de imediato, a responsabilidade respectiva, além de aplicação de medidas mitigadoras.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art.4º São objetivos da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro:

- I** – estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o

desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população na zona costeira e nos ecossistemas associados;

II – definir prioridades para a implementação das ações, planos e programas governamentais, conforme as diretrizes e objetivos da PEGC;

III – aprimorar as ações decorrentes do poder de polícia administrativa sobre atividades, obras, serviços e empreendimentos públicos e privados passíveis de licenciamento ambiental, localizados, total ou parcialmente na zona costeira;

IV – elaborar o Plano Estadual de Contingência na Zona Costeira – PEC;

V – implantar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PLEGC;

VI – implantar o Observatório Costeiro Marinho – OCM;

VII – definir prioridades para a implementação dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima – PGI;

VIII – implementar o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará – ZEEC;

IX – implantar a Plataforma Estadual de Dados Espaciais – PEDE, assegurando o acesso às informações ambientais com vistas à formação da consciência cidadã, no âmbito dos processos educativos do indivíduo e da comunidade costeira, promovendo a melhoria da qualidade de vida;

X – criar o Plano Estadual para demarcação e monitoramento ambiental da linha de costa;

XI – definir padrões e medidas de uso da zona costeira evitando a degradação, poluição e descaracterização dos ecossistemas costeiros;

XII – assegurar a manutenção dos processos produtivos e territórios tradicionais, minimizando conflitos e concorrências entre usos e atividades, de modo a erradicar a exploração predatória dos recursos ambientais;

XIII – promover a gestão integrada, compartilhada e participativa da zona costeira entre as unidades federativas que integram a zona costeira do Estado do Ceará; e

XIV – promover a integração da sociedade civil, gestão pública, comunidades tradicionais e demais agentes integrantes da Zona Costeira do Estado do Ceará.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art.5º São Diretrizes da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro:

I – elaboração de instrumentos administrativos e normas que possibilitem a adequação de atividades, obras, serviços e empreendimentos aos critérios previstos no ZEEC;

II – desenvolvimento de políticas públicas que efetivem os princípios e objetivos desta Lei;

III – incentivo e apoio a efetiva implantação e manutenção de áreas protegidas;

IV – manutenção, restauração e recuperação das áreas degradadas ou poluídas ou em processo de degradação ou de poluição, representativas de ecossistemas costeiros;

- V – implementação da Plataforma Estadual de Dados Espaciais – PEDE;
- VI – implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PLEGC;
- VII – implementação do Plano Estadual de Contingência na Zona Costeira – PEC;
- VIII – implementação do Observatório Costeiro Marinho – OCM;
- IX – implementação dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima – PGI;
- X – acompanhamento do Relatório Estadual de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- XI – promoção a integração socioeconômica e ambiental harmônica da zona costeira com as regiões circunvizinhas de influência e demais ecossistemas associados, assegurando a mitigação de impactos nessas áreas através do licenciamento ambiental;
- XII – criação de ferramentas específicas de incentivo à promoção e preservação da biodiversidade, da qualidade ambiental, sociocultural e econômica da Zona Costeira;
- XIII – implementação do Plano Estadual para Demarcação e Monitoramento Ambiental da linha de costa; e
- XIV – celebração de convênios, acordos, termos de cooperação técnico-científico, dentre outros instrumentos, com o fito de garantir a implementação dos objetivos desta Lei.

TÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Art.6º Constituem instrumentos para o desenvolvimento, elaboração e execução da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro:

- I – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PLEGC;
- II – Plano Estadual de Contingência na Zona Costeira – PEC;
- III – Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima – PGI;
- IV – Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro – CEGERCO;
- V – Plataforma Estadual de Dados Espaciais – PEDE;
- VI – Observatório Costeiro Marinho – OCM;
- VII – Relatório Estadual de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- VIII – Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará – ZEEC;
- IX – Licenciamento Ambiental; e
- X – Plano Estadual para Demarcação e Monitoramento Ambiental da Linha de Costa – PDMALC.

CAPÍTULO I

DO PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO – PLEGC

Art.7º O PLEGC objetiva organizar de forma vinculante as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos, atividades utilizadoras de forma direta ou indireta dos recursos naturais, assegurando a manutenção dos valores e dos serviços ambientais

dos ecossistemas costeiros.

§1º O PLEGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA e COEMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos:

I – urbanização;

II – ocupação e uso do solo e das águas;

III – parcelamento e remembramento do solo;

IV – sistema viário e de transporte;

V – turismo, recreação e lazer;

VI – patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§2º Compete a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, a elaboração, implementação, execução e acompanhamento dos procedimentos institucionais do PLEGC.

CAPÍTULO II

DO PLANO ESTADUAL DE CONTINGÊNCIA NA ZONA COSTEIRA – PEC

Art. 8º O PEC para incidentes e/ou situações de risco de impactos ambientais na zona costeira estabelece diretrizes necessárias para atuação em situações emergenciais que possam ocorrer na zona costeira e construção dos respectivos Planos de Área.

§1º O PEC apresentará orientações e proposições de mecanismos administrativos e operacionais, que atendam de forma eficiente às situações de emergência e de poluição generalizada e riscos ambientais em nível estadual.

§2º Compete à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA e à Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, a elaboração, implementação, execução e acompanhamento dos procedimentos institucionais do PEC.

CAPÍTULO III

DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA – PGI

Art. 9º O PGI irá propor o ordenamento da orla e sua gestão a fim de promover o desenvolvimento sustentável, compatibilizar as políticas ambiental, patrimonial e urbana no trato dos espaços litorâneos, além de incorporar ao contexto da gestão integrada, a visão estratégica de planejamento e de busca de identidade local à solução de conflitos e à manutenção das riquezas naturais, culturais e sociais do litoral.

Art. 10. São objetivos do PGI:

I – o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla;

II – o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada; e

III – o estímulo de atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

CAPÍTULO IV

DO COLEGIADO ESTADUAL DO GERENCIAMENTO COSTEIRO – CEGERCO

Art. 11. O CEGERCO é um fórum consultivo, vinculado diretamente à Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, com a finalidade de reunir os segmentos representativos das unidades federativas, sociedade civil e entidades de ensino superior e pesquisa, para a discussão, proposição e encaminhamento de ações, planos, programas e políticas destinadas à gestão da zona costeira.

Art. 12. Compete ao CEGERCO:

I – acompanhar a implementação do ZEEC e propor revisões;

II – propor ações, planos, programas e políticas destinadas à gestão da zona costeira;

III – encaminhar propostas para a aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o desenvolvimento da zona costeira;

IV – acompanhar a aplicação da política de desenvolvimento da zona costeira; e

V – aprovar, alterar, modificar por maioria simples, seu Regimento Interno.

§1º O CEGERCO será presidido pelo Secretário do Meio Ambiente e secretariado pelo titular da Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMACE, conforme estabelecido em seu Regimento Interno.

§2º A escolha dos representantes da sociedade civil que integrarão o CEGERCO seguirá o disposto em seu Regimento Interno.

§3º A função de membro do CEGERCO é considerada de relevante interesse público, não havendo remuneração a qualquer título.

CAPÍTULO V

PLATAFORMA ESTADUAL DE DADOS ESPACIAIS – PEDE

Art. 13. A PEDE é pública e permite o ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e no uso dos dados geoespaciais ambientais do Estado, adequando-se aos preceitos de uma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

§1º Os dados da PEDE estarão organizados em categorias de informações, com dados georreferenciados que irão compor o banco de dados do Sistema de Informação Geográfica – SIGWeb, incluindo os da zona costeira e marinha.

§2º Compete à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA e à Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE implementar, gerir, estruturar, executar e acompanhar a PEDE, a fim de monitorar e consolidar as informações que integrarão o Relatório Estadual de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – REQAZC.

CAPÍTULO VI

DO OBSERVATÓRIO COSTEIRO MARINHO – OCM

Art. 14. O OCM é um instrumento multidisciplinar que reúne profissionais que atuam no campo da conservação e manutenção do ambiente costeiro e marinho, promovendo o

intercâmbio e geração de informações técnicas científicas para subsidiar, voluntariamente, a tomada de decisões na gestão costeira do estado do Ceará.

§1º O OCM tem como principal objetivo organizar informações, realizar pesquisas e análises capazes de subsidiar às decisões a serem tomadas pelas esferas públicas e privadas, bem como a sociedade civil, de modo que as ações possam contribuir para uma melhor gestão da zona costeira e marinha do Ceará, além de promover o intercâmbio atualizado entre a produção acadêmica e a sociedade em geral.

§2º Compete à SEMA e à SEMACE implementar, gerir, estruturar o OCM.

CAPÍTULO VII

DO RELATÓRIO ESTADUAL DE QUALIDADE AMBIENTAL DA ZONA COSTEIRA

Art. 15. O Relatório Estadual de Qualidade Ambiental da Zona Costeira, que tem por finalidade organizar os resultados obtidos no monitoramento ambiental da zona costeira pelo Estado do Ceará, será elaborado em parceria entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA e Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, que o consolidarão e darão publicidade com periodicidade bianual.

CAPÍTULO VIII

DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO – ZEEC

Art. 16. O ZEEC é um instrumento da Política Estadual de Meio Ambiente – PEMA e da Política Estadual do Gerenciamento Costeiro – PEGC que assegura a base técnica–científica para planos, obras e atividades de ordem pública e privada, subsidiando as decisões dos agentes públicos e privados quanto à gestão territorial da Zona Costeira do Estado do Ceará.

§1º Concerne ao ZEEC subsidiar as decisões de planejamento socioambiental, mediante ações sinérgicas em termos institucionais, visando o uso do território costeiro em prol do desenvolvimento sustentável.

§2º Compete à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA revisar o ZEEC em um período não inferior a cinco anos, não podendo tal revisão exceder dez anos, ficando ainda responsável pela atualização periódica das informações do mesmo.

SECÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 17. Como instrumento da PEGC, o ZEEC foi elaborado e construído por uma equipe multidisciplinar, sendo seus tomos, produtos e insumos, aprovados e discutidos, de forma participativa ao longo de sua construção, parte integrante desta Lei, desenvolvido e contextualizado para:

§1º Estabelecer as diretrizes quanto aos usos permitidos, proibidos, restritos e estimulados, levando em consideração a importância e as fragilidades dos ecossistemas e as interações entre as faixas terrestres e marítimas da zona costeira, determinando, quando for o caso, inclusive a realocação e reordenamento de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

§2º Tornar o desenvolvimento sustentável paradigma, buscando conciliar o crescimento econômico com a conservação da natureza, atendendo as dimensões econômico-social,

político-institucional e científico-tecnológica, sendo as mesmas interdependentes para fins de aplicação da presente Lei.

Art. 18. As definições e princípios instituídos pelo ZEEC são os definidos respectivamente nos Art. 2º e 3º da presente Lei.

SECÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ZEEC

Art. 19. O ZEEC tem como objetivo geral, organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção dos serviços ambientais na zona costeira cearense, atendidos os seguintes objetivos específicos:

I – dividir o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.

II – instituir zonas e subzonas atendendo aos princípios da utilidade e simplicidade, para a implantação de responsabilidades pelo Poder Público e pela coletividade quanto ao uso dos recursos ambientais na zona costeira.

III – propor diretrizes capazes de contemplar decisões de caráter preservacionista, conservacionista e de desenvolvimento social e econômico para cada zona e subzona de planejamento.

SECÇÃO III

COMPOSIÇÃO DA ZONA COSTEIRA

Art. 20. A Zona Costeira, para fins da PEGC e para o atual ZEEC, abrange 23 (vinte e três) municípios a saber:

I - Icapuí;

II - Aracati;

III - Fortim;

IV - Beberibe;

V - Cascavel;

VI - Pindoretama;

VII - Aquiraz;

VIII - Eusébio;

IX - Fortaleza;

X - Caucaia;

XI - São Gonçalo do Amarante;

XII - Paracuru;

XIII - Paraipaba;

XIV - Trairi;

XV - Itapipoca;

- XVI** - Amontada;
- XVII** - Itarema;
- XVIII** - Acaraú;
- XIX** - Cruz;
- XX** - Jijoca de Jericoacoara;
- XXI** - Camocim;
- XXII** - Barroquinha e
- XXIII** - Chaval.

SECÇÃO IV

DA ZONAS E SUBZONAS, RESTRIÇÕES AMBIENTAIS E LICENCIAMENTO

Art. 21. O presente ZEEC estabelece as seguintes zonas ambientais, definindo as suas formas de uso e restrições para fins do presente Zoneamento:

I – Zona de Preservação Ambiental de Áreas Legalmente Protegidas – ZPA:

- a) Proteger a geodiversidade e a biodiversidade das subzonas de Preservação Ambiental e de Áreas Legalmente Protegidas;
- b) Garantir a continuidade dos processos naturais, assegurando-se equilíbrio ambiental e a articulação entre os setores ambientais da planície litorânea;
- c) Preservar e restaurar a biodiversidade em obediência a critérios estabelecidos pelo Código Florestal;
- d) Proporcionar oportunidades para desenvolver atividades controladas de lazer, ecoturismo, educação ambiental, pesquisas e outros; e
- e) A ZPA e respectivas Subzonas, terão fiscalização permanente e compulsória dos órgãos ambientais competentes, para assegurar o equilíbrio ambiental, a organização funcional das Subzonas e a prática de atividades pouco impactantes.

II – Zona de Recuperação Ambiental – ZRA:

- a) Recuperar ou restaurar a qualidade dos recursos ambientais das duas subzonas referidas, com ênfase para as planícies fluviais e lacustres que têm características de dinâmica progressiva;
- b) Restaurar a qualidade e a continuidade dos processos naturais das planícies fluviais e lacustres, assegurando a recuperação do equilíbrio ambiental; e
- c) Controlar, fiscalizar e exigir estudos ambientais para a implantação de infraestrutura e de qualquer atividade impactante nas planícies.

III – Zona de Uso Restrito – ZUR:

- a) Promover o uso restrito de apicuns e salgados, respeitando requisitos legais retromencionados; e

- b) Assegurar a regularização das atividades e empreendimentos de aquicultura e salinas, cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes do ano de 2008, conforme previsto no parágrafo 6º do Art. 3º do Código Florestal.

IV – Zona de Uso Sustentável – ZUS:

- a) Promover o uso sustentável dos recursos naturais, mantendo a qualidade e a capacidade produtiva dos setores ambientais;
- b) Manter a qualidade dos solos e dos recursos hídricos, tratando-se de setores dotados de aquíferos produtivos;
- c) Nortear o crescimento urbano na direção de ambientes estáveis e ecologicamente sustentáveis;
- d) Obedecer às prescrições contidas nos Planos Diretores Participativos (PDP); e
- e) Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais e estimular a pecuária e a agricultura familiar.

Parágrafo único. As zonas, que são divididas por sua vez em subzonas, foram estabelecidas pelas conformidades de usos dos bens ambientais, considerando-se para tanto, os critérios técnicos de fragilidade e vulnerabilidade ambiental, melhorias de condições sociais e desenvolvimento econômico local e regional, definidos nos insumos contidos do Art. 34 desta Lei.

Art. 22. A Zona de Preservação Ambiental de Áreas Legalmente Protegidas – ZPA protege o mosaico paisagístico e os setores ambientais dotados de evidente fragilidade ambiental, incluindo praias, restingas e ilhas arenosas, dunas com variadas gerações, áreas estuarinas, lagoas e lagunas, baixadas litorâneas, topos de morros e se subdividem nas seguintes subzonas:

I – Subzona de Preservação Ambiental da Faixa Praial – SZPAfp;

II – Subzona de Preservação Ambiental de Restingas e Ilhas Arenosas – SZPAria;

III – Subzona de Preservação Ambiental de Dunas móveis – SZPAdm;

IV – Subzona de Preservação Ambiental de Dunas fixas – SZPAdf;

V – Subzona de Preservação Ambiental de Dunas Fixas por Diagênese – SZPAfd;

VI – Subzona de Preservação Ambiental de Planícies Fluvioamarinhas com Manguezais – SZPApfm;

VII – Subzona de Preservação Ambiental de Manguezais Degradados – SZPAmD;

VIII – Subzona de Preservação Ambiental de Planícies Fluviais e Lacustres – SZPApfl;

IX – Subzona de Preservação Ambiental de Falésias e Bordas de Tabuleiros – SZPAfbt; e

X – Subzona de Preservação Ambiental de Topos de Morros – SZPAtp;

Art. 23. Sem prejuízo da proteção estabelecida pelo art. 4º da Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012, constitui área de Preservação Permanente – APP, as dunas móveis, fixas e fixas por diagênese (os eolianitos ou cascudos), as restingas, as ilhas arenosas, as falésias vivas e as bordas de tabuleiro, desde que em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais.

Parágrafo único. Para fins de licenciamento ambiental nas áreas descritas no *caput*, observar-se-ão as disposições contidas nesta Lei, assim como na Lei Federal nº. 12.651/2012 e Lei Federal nº 7.661/88.

Art. 24. A Zona de Recuperação Ambiental – ZRA estabelece a recuperação ambiental de parcelas significativas de setores ambientais estratégicos que foram submetidas a alterações acentuadas em sua organização funcional, subdividindo-se nas seguintes subzonas:

I – Subzona de Recuperação Ambiental de Maciços Residuais – SZRAmr; e

II – Subzona de Recuperação Ambiental de Cristas Residuais – SZRAcr.

Art. 25. A Zona de Uso Restrito – ZUR estabelece restrições de uso de setores ambientais impactados por atividades econômicas específicas ou circunscritas a parcelas de terra, cuja capacidade de suporte não seja comprometida pelo uso, se subdividindo nas seguintes subzonas:

I – Subzona de Uso Restrito de Planícies Fluviomarinhas com Apicuns e Salgados – SZURas;

II – Subzona de Uso Restrito de Superfícies de Deflação Ativas – SZURsda;

III – Subzona de Uso Restrito de Planícies Fluviais e Lacustres – SZURpfl; e

IV – Subzona de Uso Restrito das Serras e Cristas Residuais – SZURscr.

Art. 26. A Zona de Uso Sustentável – ZUS ordena o uso sustentado dos tabuleiros pré-litorâneos, das superfícies de deflação estabilizadas, das áreas de transição entre tabuleiros e áreas de dissipação eólica e das áreas de inundação sazonal, além das áreas de ocupação urbana, subdividindo-se nas seguintes subzonas:

I – Subzona de Uso Sustentável de Tabuleiros – SZUST;

II – Subzona de Uso Sustentável de Transição Tabuleiros/ Áreas de Dissipação Eólica – SUSstd;

III – Subzona de Uso Sustentável de Superfícies de Deflação Estabilizadas – SZUsde;

IV – Subzona de Uso Sustentável de Áreas de Inundação Sazonal – SZUSs;

V – Subzona de Uso Sustentável de Terraços Marinhos – SZUSTm;

VI – Subzona de Uso Sustentável do Complexo Industrial Portuário do Pecém – SZUScipp;

VII – Subzona de Uso Sustentável de Ocupação Urbana – SZUSou;

VIII – Subzona de Uso Sustentável dos Sertões – SZUSs; e

IX – Subzona de Uso Sustentável de Chapadas – SZUSc.

CAPÍTULO V

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 27. O licenciamento ambiental de atividades exercidas na Zona Costeira do Estado do Ceará respeitará as competências federativas ambientais estabelecidas principalmente na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, a Constituição Estadual do Ceará, a Política Estadual de Meio Ambiente, assim como o estabelecido nas resoluções do COEMA.

Art. 28. As atividades utilizadoras de recursos ambientais na zona costeira do Estado do Ceará são passíveis do procedimento de licenciamento ambiental, devendo os usuários atenderem os critérios técnicos dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA, responsáveis pela expedição das respectivas licenças.

§1º O licenciamento ambiental de atividades, obras e empreendimentos na zona costeira, além da legislação ambiental vigente, deverá obedecer ao disposto nesta Lei, na Lei nº 7.661/88 e às diretrizes e as metas de proteção ambiental estabelecidas no ZEEC, bem como nos planos de gestão integrada da orla marítima – PGI.

§2º O licenciamento ambiental de atividades, obras e empreendimentos na Subzona de Uso Restrito de Planícies Fluvio-marinhas com Apicuns e Salgados obedecerá ao disposto no art. 11-A do Código Florestal.

§3º As atividades, obras e empreendimentos a serem implantados na Subzona de Uso Restrito de Superfícies de Deflação Ativas deverão observar a manutenção do suprimento sedimentar de praias e Dunas por meio de métodos construtivos adequados; implementação de espaços que funcionem como corredores eólicos, podendo serem adotadas ambas as medidas ou de forma individualizada.

§4º As áreas alagáveis existentes na Subzona de Uso Sustentável de Superfícies de Deflação Estabilizadas, quando do processo de licenciamento de atividades, obras e empreendimentos deverão observar a manutenção do nível freático por meio de métodos construtivos adequados; implementação de projetos de drenagem, podendo serem adotadas ambas as medidas ou de forma individualizada.

§5º São consideradas áreas urbanas e/ou de expansão urbana, para fins deste ZEEC, aquelas definidas nos Planos Diretores Participativos Municipais ou por lei municipal específica.

Art. 29. As Áreas de Preservação Permanentes (APPs) de lagos e lagoas naturais inseridos na Zona Costeira do Estado do Ceará serão delimitadas a partir do limite máximo de alcance do espelho d'água do ano de 2019.

§1º Para a planície litorânea, as áreas de APPs a que se refere o *caput* deste artigo considerarão a base cartográfica produzida no ZEEC, a partir dos insumos de imagens do satélite SPOT 6/7, com resolução espacial de 1,5m (um metro e meio).

§2º Os Lagos e lagoas naturais localizados fora da planície litorânea utilizarão para delimitação dessas Áreas de Preservação Permanentes (APPs), os insumos de imagens orbitais, referente ao período de julho/2019, com resolução espacial de 3,0m (três metros).

§3º Para fins de licenciamento, o órgão ambiental responsável utilizará estudos ambientais com maior escala de detalhamento que a cartografia disponibilizada pelo ZEEC.

Art. 30. As licenças ambientais expedidas e válidas, em qualquer de suas fases, até a publicação desta Lei, terão seus processos de licenciamento continuados e as licenças renovadas, desde que cumpridas as condicionantes constantes nas licenças anteriormente emitidas.

§1º Considerar-se-á a legislação vigente à época do licenciamento ambiental, para fins de renovação do processo de licenciamento ambiental.

§2º As Consultas prévias, os protocolos de pedidos de licenciamento, os processos arquivados e/ou não aprovados anteriores a edição desta lei, bem como os novos processos instaurados após sua edição, deverão ser licenciados pelos órgãos competentes, observando-se os preceitos legais positivados neste instrumento.

CAPÍTULO VI

PLANO ESTADUAL PARA DEMARCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA LINHA DE COSTA – PDMALC

Art. 31. O PDMALC estabelecerá diretrizes necessárias para a demarcação da Linha de Costa do Estado do Ceará, de modo contínuo, por meio da utilização de métodos e técnicas de geoprocessamento adequados e que permitam um monitoramento de médio a longo prazo, a fim de subsidiar a fiscalização e o licenciamento ambiental.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA e à Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE a elaboração, implementação, execução e acompanhamento dos procedimentos institucionais relacionados ao PDMALC.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Os Municípios integrantes da zona costeira do Estado do Ceará, nos termos do art. 20, desta Lei, deverão instituir seus respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro, observados os princípios, objetivos, diretrizes e limitações instituídos pela Política Nacional do Meio Ambiente, pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Política Nacional das Mudanças Climáticas, Política Nacional de Recursos Hídricos, pela Política Estadual do Meio Ambiente, pela Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Art. 33. Compete ainda aos Municípios integrantes da Zona Costeira promover a compatibilização de seus instrumentos de ordenamento territorial com o PEGC e o ZEEC.

Art. 34. Toda a base cartográfica, mapeamentos, relatórios e informações georreferenciadas que são componentes integrantes da presente Lei, estarão disponibilizados no sítio da internet www.sema.ce.gov.br denominado, “base de dados ZEEC”, cabendo ao Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro – CEGERCO referendar as informações.

Parágrafo único. A SEMA manterá os arquivos, relatados no *caput*, disponíveis para consulta pública, sendo os mesmos elementos integrantes da presente Lei.

Art. 35. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do poder executivo, o qual será suplementado se necessário.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza/CE,
aos _____ de _____ de 2021.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ